

QUANDO DOIS SE TORNAM TRÊS: REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DE UMA NOVA FAMÍLIA A PARTIR DO IMPACTO DO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO

(2005)

Monografia realizada no âmbito da Licenciatura em Psicologia

Maria Elisa Grijó Guahyba de Almeida

Licenciada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal

Email:

elisagua@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende abordar as implicações do nascimento do primeiro filho na formação de uma nova família nuclear. Tem como principal objetivo refletir a respeito deste momento de transição no ciclo de vida familiar, bem como estudar as mudanças dele decorridas.

A fim de embasar a discussão do tema proposto, utilizamos alguns conceitos da teoria da Gestalt-terapia. Por ser ainda escassa a bibliografia específica do tema família nesta abordagem, foram selecionados alguns autores da perspectiva Sistêmica da Família, visando complementar o embasamento teórico. Alguns pontos são levantados, como a visão da família enquanto sistema, a importância do ciclo de vida familiar no desenvolvimento da família, os legados, mitos e lealdades que são passados de geração para geração.

O nascimento do primeiro filho consiste em uma fase de profunda transformação na vida do casal, criando novos papéis, principalmente o de mãe e de pai, o que, de alguma maneira irá repercutir na relação conjugal. Além disso, esta etapa do ciclo de vida familiar afetará também toda a família ampliada, alterando papéis e exigindo uma reorganização de todo o sistema.

Palavras-chave: Casal, família, primeiro filho, Gestalt-terapia, terapia sistêmica

ÍNDICE

- Introdução

- **Capítulo I:** Conceitos iniciais da abordagem gestáltica
 - 1.1 - *Gestalt*: busca da boa forma
 - 1.2 - Teoria de Campo
 - 1.3 - Fronteiras de contato

- **Capítulo II:** A família sob um olhar sistêmico
 - 2.1 - Sistemas e Subsistemas
 - 2.2 - O Ciclo de Vida Familiar
 - 2.3 - Legados, Lealdades e Mitos

- **Capítulo III:** A formação da nova família
 - 3.1- A que vem essa criança
 - 3.2 - Mudanças nos papéis de gêneros
 - 3.3 - Repercussão na relação conjugal
 - 3.4 - A reconfiguração da família

- Conclusão

- Referências Bibliográficas

INTRODUÇÃO

Quando um casal tem um filho, seja de forma deliberada ou ocasional, uma nova família será constituída a partir do nascimento desta criança. O sistema de relação em díade aumenta sua complexidade, para dar conta da transformação do número de interações e mudanças de papéis e funções. O homem e a mulher, até então somente parceiros e filhos, agora se tornam pai e mãe.

Esta nova família nuclear é produto de um casal que vem, geralmente, de famílias diferentes e que carrega consigo as marcas e histórias de suas famílias de origem. Segundo Krom (2000): “as famílias de origem influenciam poderosamente na configuração das novas famílias que vão se formando com o passar do tempo” (p. 200). Sendo assim, o nascimento do primeiro filho caracteriza a interconexão dessas histórias, marcando o início do ciclo de vida desta família.

De acordo com os diversos autores estudados neste trabalho, o nascimento do primeiro filho consiste em um importante momento de transição na vida do novo pai e da nova mãe, enquanto sujeitos e casal, provocando transformações intensas em sua organização emocional e relacional. Uma nova fase da vida familiar é inaugurada, alterando os papéis familiares, requerendo do sistema familiar uma reorganização, com nova distribuição de papéis e funções.

Nosso interesse em aprofundar os estudos sobre a formação de uma nova família decorre do fato de ser esta uma fase de transição intensa e marcante na vida dos sujeitos, pois apesar das transformações sofridas no último século, a família continua sendo a instituição social que é responsável pela sobrevivência e crescimento base da sociedade.

É nosso propósito que esta monografia atenda, principalmente, a profissionais de saúde que trabalham com famílias, como psicólogos, terapeutas familiares, assistentes sociais. Em particular, pode ser enriquecedora para Gestalt-terapeutas que buscam estudar o campo da família, devido à escassez de bibliografia nesta área abordando a teorização da prática.

Esperamos que seja igualmente útil para casais que desejam ter filhos, antecipando temas de contradição e conflito que surgem com o surgimento do primeiro filho, nas negociações cotidianas, na relação conjugal e na reorganização de toda a família ampliada.

A fim de embasar a discussão do tema proposto, utilizamos a teoria da Gestalt-terapia e a teoria Sistêmica da família. No primeiro capítulo, desejamos abordar alguns conceitos da perspectiva gestáltica.

O termo *Gestalt* vem do alemão e não possui tradução literal na língua portuguesa, no entanto, expressa a idéia de boa forma, configuração (Zinker, 2001).

Como já foi dito, ainda é escassa a bibliografia específica do tema família na literatura da Gestalt-terapia. Visando complementar os conceitos estudados no primeiro capítulo,

selecionamos alguns autores da perspectiva sistêmica para dar continuidade à fundamentação teórica deste trabalho. Falaremos da visão da família enquanto sistema, da importância do ciclo de vida familiar no desenvolvimento da família, bem como dos legados, mitos e lealdades que são passados de geração para geração.

No terceiro e último capítulo, através da articulação das duas teorias abordadas, trataremos, conceitualmente, da formação da nova família e suas implicações. Primeiramente, “a que vem essa criança?”, qual sua missão familiar, o que a família espera desse novo membro?

Dentre as transformações advindas do nascimento do primeiro filho está a mudança nos papéis, principalmente os dos gêneros, no que diz respeito ao casal. Outro ponto também abordado no Capítulo III é a repercussão que essas mudanças trazem para a relação do casal.

Através de revisão bibliográfica, levantamos as opiniões de diversos autores a respeito das alterações que a chegada do filho irá provocar na vida conjugal.

Encerramos este trabalho com a reconfiguração da família. Então abordaremos não só esta nova família nuclear, mas também as novas relações que surgem com a família ampliada e também como ela se organiza de maneira a se adequar a uma “boa forma” funcional.

CAPÍTULO I

Conceitos iniciais da abordagem Gestáltica

Neste primeiro capítulo, apresentaremos um recorte da teoria da Gestalt-terapia, que embasa a discussão do tema proposto. Pretendemos elucidar alguns tópicos desta abordagem que nos servirão de respaldo teórico para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao se tratar o tema da constituição da família, acreditamos que os conceitos explicitados a seguir são de extrema importância para a compreensão desta perspectiva teórica. Mais à frente tais conceitos serão articulados à formação da família através do nascimento do primeiro filho.

1.1 - Gestalt: busca da boa forma

Gestalt é uma palavra alemã que significa forma, estrutura, configuração, ou seja, uma organização, “uma totalidade não fragmentada em partes e que trata do dinamismo da relação entre estas partes” (Salomão, 2003, p. 249). Pelo fato de não possuir uma tradução literal em nenhum outro idioma, o termo *Gestalt* é usado no original, pois só assim todo seu significado é expresso.

Laura Perls (1992 Apud Zinker, 2001) nos diz que “‘Gestalt’ é um conceito holístico (*ein Ganzheitsbegriff*). Uma gestalt é uma entidade estruturada que é mais do que ou diferente de suas partes” (p.52)

Segundo Salomão (2003): “... quando nos referimos a uma Gestalt estamos nos reportando a uma forma, uma percepção, uma situação, uma configuração, uma organização, uma tarefa, uma necessidade, uma emoção ou um dado evento formatado” (p.249).

A partir de tais definições, podemos dizer que uma *Gestalt* é formada para acomodar uma determinada situação (Zinker, 2001). Todo evento que se inicia cria uma *Gestalt aberta*, que pressupõe a necessidade de um fechamento, de uma finalização (Polster e Polster, 2001).

Caso esta situação não seja concluída, ela persiste no campo psicológico e permanece inacabada, impedindo, ou interferindo na formação de uma nova *Gestalt*. Isso explica como um processo que se iniciou no passado se mantém presente no sistema atualmente (Salomão, 2003).

Entretanto, quando a *Gestalt* é fechada de maneira satisfatória, surge uma nova situação, “a adaptação criativa exige a destruição da Gestalt antiga e a redefinição daquilo que está sendo criado, com o surgimento de uma nova Gestalt, que reorganiza a antiga” (Zinker, 2001, p. 63).

Ainda conforme este autor, a formação e destruição ou reconfiguração de *Gestalten*ⁱ é um processo estético e dinâmico, que ocorre não só com o indivíduo, mas também com sistemas multipessoais, como a família. Este conceito diz respeito à capacidade das pessoas de se atualizarem às condições de seu meio, de seus relacionamentos e de seu momento de vida (Salomão, 2003).

Esta autora pontua alguns princípios da Psicologia da Gestalt que ajudam a entender essa necessidade de fechamento das situações inacabadas. A lei da boa forma afirma que as forças da organização tendem a se direcionar no sentido de um equilíbrio, da clareza, da unidade, ou seja, de uma boa forma. Este critério diz respeito a um aspecto estético da busca à melhor adequação ao contexto.

Salomão prossegue com o princípio da clausura, ou fechamento, no qual “os elementos de uma configuração ou de um processo tendem a se organizar de modo mais fechado” (Salomão, 2003, p. 252). Isso significa que se não finalizamos uma tarefa, tendemos a lembrar dela até que possamos completá-la.

Assim sendo, Zinker (2001) acrescenta que as *Gestalten* completas são experiências totalmente maduras, fluidas, esteticamente agradáveis e possuem “boa forma”. Já as *Gestalten* incompletas são problemas não resolvidos, que trazem sensações ruins e são esteticamente desagradáveis.

Sob a ótica da Gestalt-terapia, a vida é um processo constante de solução de problemas. Desta maneira, “todo ‘sintoma, toda ‘doença’, todo ‘conflito’ é um esforço para tornar a vida mais tolerável, mais possível de ser vivida...” (Zinker, 2001, p. 52).

Conforme Perls (2002 Apud Salomão, 2003): “o sintoma é concebido como algo que surgiu como função adaptativa, um **ajustamento criativo** do sistema” (p. 254).

De acordo com Frazão (1997), o ajustamento criativo é a capacidade do indivíduo de atender suas necessidades, interagindo com o meio, podendo adaptar a demanda de suas necessidades às possibilidades encontradas no meio.

Acreditamos que a citação de Salomão (2003), a seguir, conclui a questão da abertura e fechamento de *Gestalten* na família, a qual discutiremos mais à frente: “O que sustenta a manutenção das situações inacabadas familiares é um processo paradoxal: se, por um lado, há a necessidade de finalizá-las, de alcançar uma boa forma, por outro, uma situação inacabada já foi uma busca de equilíbrio, da boa forma possível” (p. 262), e neste sentido, pode adquirir a conotação de uma *Gestalt* fixa, que se mantém como tal.

1.2 - Teoria de Campo

Inicialmente, para que se possa fazer um estudo na abordagem gestáltica, é necessário que se conheça qual a concepção de homem e qual a visão de mundo adotada por esta abordagem.

Seguindo pressupostos filosóficos fenomenológico-existenciais, a Gestalt-terapia vê o homem não como um ser universal, mas sim, particularizado, singularizado (Ribeiro, 1985). O organismo é visto em sua totalidade e é um ser relacional.

Conforme Hall e Lindzey (1973), as primeiras manifestações da Teoria de Campo de Kurt Lewin apareceram no movimento do gestaltismo. A Psicologia da Gestalt afirma que a percepção de um objeto será determinada pelo contexto ou configuração total na qual este objeto está incluído. Ou seja, ele é percebido não por suas características individuais, mas por componentes do campo perceptivo total.

Segundo a Teoria de Campo de Lewin, o campo é um todo no qual as partes estão constantemente relacionando-se e interagindo umas às outras. A característica principal do campo é seu aspecto dinâmico, ou seja, aquilo que ocorre em alguma parte do campo afeta todo o resto. Sendo assim, Yontef (1998) aponta que “qualquer mudança ‘permeia’ pelo campo” (p. 163).

Este autor afirma ainda que “do ponto de vista da teoria da Gestalt-terapia, tudo é processo” (Yontef, 1998, p. 9), ou seja, não se olha mais causa e efeito, mas sim o mundo como um processo contínuo em andamento (Perls, 1977), no qual uma parte não interfere ou causa a outra, mas é parte constituinte e constituída pelas outras partes.

Ribeiro (1985) nos diz que, segundo a Gestalt-terapia, o sujeito é visto como um todo, ele só pode ser compreendido dentro de determinado campo com o qual está em relação. Este campo

tem diversos pontos e fontes de força, que formam uma rede ou um todo de forças, sendo ele dinâmico e não estático. Sendo assim, o comportamento da pessoa é analisado em função do campo em que ela está inserida no momento em que ele ocorre.

“Denominemos esse interagir entre organismo e ambiente em qualquer função o ‘campo organismo/ambiente’, e lembremo-nos de que (...) estamos nos referindo sempre a esse campo interacional e não a um animal isolado” (Perls, Hefferline e Goddman, 1997, p.42).

Lewin, que utiliza representações gráficas e conceitos matemáticos, representa a pessoa como um universo fechado que se encontra dentro de um universo ainda mais abrangente, com o qual ela está em relação, mas também se diferencia. Este universo total é o espaço vital, que seria equivalente ao meio geográfico - o mundo em si - somado ao meio psicológico - o mundo significativo, com o qual o sujeito faz contato (Ribeiro, 1985).

O espaço vital, conforme Salomão (2003), é subdividido em regiões que estão em conexão umas com as outras e são separadas por fronteiras. Essas fronteiras são permeáveis e possuem propriedades como proximidade e afastamento, firmeza e fraqueza, bem como fluidez e rigidez (Lewin Apud Hall e Lindzey, 1973).

O princípio da contemporaneidade de Lewin também é importante para compreendermos os fatos no presente e a noção de *aqui e agora* da Gestalt-terapia (Salomão, 2003). Segundo este princípio, “somente os fatores presentes podem criar o comportamento atual” (Hall e Lindzey, 1973, p.249). Portanto, fatos passados só influenciam o comportamento presente se, de alguma forma, continuam a existir.

Para a compreensão do comportamento no campo, Lewin apresenta importantes conceitos dinâmicos. O primeiro diz respeito à energia psíquica que a pessoa despende ao tentar retornar ao equilíbrio após um estado de desequilíbrio, provocado por uma tensão em alguma parte do sistema (Hall e Lindzey, 1973).

Ainda segundo estes autores, a tensão é exercida no sistema como um todo, que por sua vez tenderá ao equilíbrio. O terceiro conceito colocado é o de necessidade. A necessidade é o que causa, o que motiva um aumento de tensão ou uma liberação de energia.

A valência “é a propriedade conceptual de uma região do meio psicológico. Ela é o valor dessa região para a pessoa” (Hall e Lindzey, 1973, p.256), podendo ser positiva ou negativa. As valências positivas atraem, enquanto as valências negativas são aquelas que repelem e aumentam o grau de tensão. O objetivo final dos processos psicológicos é o retorno ao equilíbrio.

Lewin utiliza também a noção de força e vetor. A força está ligada à necessidade, porém não é uma tensão, pois esta é propriedade do sistema intrapessoal, enquanto a força existe no meio psicológico (Salomão, 2003). Esta autora esmiúça bem este processo dinâmico: “uma necessidade libera energia, aumenta a tensão, comunica valor e cria força” (idem, p. 253).

“Esta comunicação e locomoção das regiões, causadas pelo trabalho dos fatos, podem produzir os mais diferentes efeitos, como alterações das regiões, diferenciação de limites entre zonas, maior fluidez ou enrijecimento de uma região, provocando uma reestruturação do espaço vital, como diz Lewin. Reestruturação do espaço vital significa um novo campo, uma nova Gestalt, seja com relação a um fato, seja com relação a um acontecimento, um novo modo de lidar consigo próprio ou com coisas suas, um desejo, uma fantasia, etc.” (Ribeiro, 1985, p. 103).

Os conceitos acima são úteis para olharmos a família como um sistema dinâmico. “Quando algo acontece com um membro da família, de algum modo, todos são afetados. Quando uma pessoa na família muda, todos são afetados” (Yontef, 1998, p. 196).

A partir da compreensão do mundo enquanto processo e da Teoria de Campo, compreende-se que o nascimento de uma criança afetará, inevitavelmente, toda sua família, ou seja, seu campo total.

1.3 - Fronteiras de Contato

Ao se falar em sistemas, o conceito de fronteira faz-se fundamental. A fronteira tem como função diferenciar o organismo de seu ambiente (Perls, 1977; Polster e Polster, 2001; Zinker, 2001). As fronteiras do ego são determinadas pelas experiências do indivíduo ao longo de sua vida (Polster e Polster, 2001). A fronteira é local de contato, de encontro das diferenças (Ribeiro, 1997) e de crescimento (Zinker, 2001).

Segundo Polster e Polster (2001): “a função que sintetiza a necessidade de união e separação é o contato” (p.111). É através do contato que a pessoa se encontra e se relaciona com o mundo exterior.

Perls, Hefferline e Goodman descrevem o contato: “basicamente, o contato é a consciência ‘de’ e o comportamento ‘para’ com as novidades assimiláveis, e a rejeição das novidades não assimiláveis” (1951, Apud Polster e Polster, 2001, p.113).

A fronteira de contato é onde o indivíduo experiencia o “eu” em relação ao “não-eu”. É através deste contato com o meio externo que o indivíduo começa a existir. Quaisquer que sejam os organismos a serem diferenciados, cada um possui seu senso de limitação (Polster e Polster, 2001).

As fronteiras são flexíveis e permeáveis. Os indivíduos que estabelecem fronteiras de maneira rígida temem sua expansão para o mundo. Cabe ao indivíduo manter suas fronteiras mais rígidas ou mais flexíveis, contraí-las ou expandi-las (Polster e Polster, 2001).

As fronteiras, conforme Zinker (2001), dão significado a um conjunto de fatos ou experiências e diferenciam o indivíduo, o casal ou a família de seu ambiente. É desta forma também que as fronteiras estabelecem um sistema e dão significado a subsistemas, diferenciando-os.

Ainda segundo este autor, todos os sistemas possuem fronteiras e possuem uma totalidade. Para ele, “as fronteiras não são apenas conceitos; elas existem. Embora não as vejamos, podemos experienciá-las como ‘atuais’ e ‘reais’” (Zinker, 2001, p. 165).

“Quando dizemos ‘fronteira’ pensamos em uma ‘fronteira entre; mas a fronteira - de - contato, onde a experiência tem lugar, não separa o organismo e seu ambiente; em vez disso limita o organismo, o contém e protege, ao mesmo tempo que contata o ambiente” (Perls, Hefferline e Goodman, 1997, p.43).

Zinker (2001) explicita o uso da noção de fronteiras no funcionamento do casal ou da família. As fronteiras podem expandir-se para o mundo, permitindo que o mundo entre, ou podem manter-se fechadas em torno dos membros individuais de cada unidade. Segundo este autor, estabelecer fronteiras é de extrema importância para a diferenciação entre casal, família ou indivíduo e seu ambiente.

CAPÍTULO II

A família sob um olhar sistêmico-gestáltico

A fim de dar continuidade a nosso embasamento teórico, neste segundo capítulo abordaremos alguns pontos da Teoria Sistêmica. Esta perspectiva é definida por Krom (2000) da seguinte maneira:

“A Concepção Sistêmica permite uma nova visão da realidade, que se baseia no estado de inter-relação e de interdependência de todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, transcendendo as atuais fronteiras das disciplinas e conceitos. Configura-se uma estrutura inter-relacionada, com níveis de realidade multidisciplinar, gerando uma mudança de filosofia e uma profunda transformação da cultura da humanidade” (p.60).

Os conceitos a seguir nos permitem olhar a família como um sistema que se desenvolve ao longo do tempo, passando por etapas em seu ciclo de vida. Através das gerações, experiências anteriores, mitos, valores e atitudes vão sendo transmitidos, dando ao sistema um respaldo tanto negativo quanto positivo (Salomão, 2003).

2.1 - Sistemas e Subsistemas

Conforme Zinker (2001), existe uma forte interconexão entre a teoria de sistemas e a teoria de campo, vista anteriormente. “As noções de sistemas e de campos vêm das ciências físicas” (*idem*, p. 71). Ambas foram adaptadas às ciências psicológicas e sociais.

O biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy escreveu vários ensaios sobre a teoria dos sistemas na física e na biologia. Em sua obra “Teoria Geral dos Sistemas” (1975), ele nos diz: “Ao contrário das forças físicas como a gravidade ou a eletricidade, os fenômenos da vida são encontrados somente em entidades individuais chamadas organismos. Qualquer organismo é um sistema, isto é, uma ordem dinâmica de partes e processos em mútua interação” (Bertalanffy, 1949 Apud Bertalanffy, 1975, p. 277). A partir do trecho citado, podemos perceber a congruência entre as idéias deste autor e a Teoria de Campo de Lewin (Zinker, 2001).

Além da visão do organismo como sistema, Bertalanffy também apresenta a noção de fronteira. Para ele, as fronteiras são dinâmicas, ou seja, não se pode traçar exatamente os limites de um organismo. Sendo assim, ele considera os sistemas vivos como sistemas abertos, que estão constantemente trocando com o ambiente.

Sua posição é bem semelhante à de Lewin, pois este define sistemas abertos como aqueles que possuem fronteiras mais fluidas, enquanto os sistemas fechados têm fronteiras rígidas (que não permitem a troca com o meio). (Zinker, 2001).

Ainda de acordo com Zinker (2001), as fronteiras estão sempre em processo de mudança. Isto significa que algumas vezes o sistema tem a fronteira permeável, aberto à socialização, enquanto em outros momentos pode estabelecer um limite mais firme, fechando-se, separando-se.

Minuchin (1982) compreende a família como um sistema aberto em transformação, ou seja, que está constantemente em troca com o meio extrafamiliar e que opera dentro de contextos sociais específicos.

A estrutura familiar é, segundo este autor “o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem” (*idem*, p. 57). Portanto, a família deve ser capaz de se adaptar às mudanças internas e externas e de se transformar, de forma a atender às novas circunstâncias, sem perder sua continuidade.

O que diferencia as funções dentro do sistema familiar são os subsistemas. O subsistema pode ser caracterizado por um indivíduo, por díades (como mãe-filho, marido-esposa), ou até mesmo por geração, sexo, interesse ou por função. Logo, cada indivíduo pertence a diferentes

subsistemas, nos quais estabelece diferentes relações complementares, diferentes níveis de poder, além de aprender habilidades diferenciadas, de forma a se adaptar a cada subsistema.

Ao falar em subsistemas, mais uma vez faz-se necessário abordar o conceito de fronteiras. As fronteiras têm como função proteger e diferenciar o subsistema, além de definir regras dentro dele. Cada subsistema familiar possui funções específicas dentro do sistema.

Minuchin afirma que: “para o funcionamento apropriado da família, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas” (1982, p. 59), ou seja, devem ser bem definidas de maneira que os membros exerçam suas funções sem intromissão de membros externos, ao passo que devem manter o contato com outros subsistemas.

Sendo assim, Zinker complementa: “as famílias funcionais são caracterizadas por fronteiras de subsistemas fluidos e flexíveis entre os indivíduos e os grupos de adultos e crianças” (2001, p. 77).

Quando as fronteiras entre os subsistemas encontram-se flexíveis demais, pode haver dificuldade na diferenciação do sistema familiar. Minuchin (1982) dá a esse fenômeno o nome de emaranhamento. Neste caso, o processo de individuação e separação de cada membro é prejudicado.

Já as famílias onde as fronteiras se desenvolvem de maneira demasiadamente rígida, ele chama de famílias desligadas. Neste tipo de família, os membros dos subsistemas funcionam de forma autônoma, carecendo de sentimentos como pertencimento e capacidade de interdependência.

Ambos o emaranhamento e o desligamento dizem respeito a uma preferência por determinado tipo de interação. Todavia, a operação do sistema em um desses extremos indica a possível presença de patologia, além de causarem problemas familiares (Minuchin, 1982).

Mais tarde, em sua obra “Técnicas de terapia familiar”, Minuchin (e Fishman, 1990) introduz o conceito de *holons*. O termo, que vem do grego, foi desenvolvido por Arthur Koesler com o objetivo de empregar uma só palavra que traduzisse o sentido de “todo” e “parte”, que descrevesse “unidades de mais de um” (Minuchin e Fishman, 1990, p. 23).

Isto significa que todo *holon* (compreende-se por *holon* o indivíduo, os subsistemas, a família nuclear, a família extensa, a comunidade) é, ao mesmo tempo, um todo e uma parte: “A família nuclear é um holon da família extensa, esta o é da comunidade e assim por diante. Cada todo contém a parte e cada parte contém também o ‘programa’ que o todo impõe. Parte e todo contêm um ao outro num processo contínuo, atual e corrente de comunicação e interrelação” (idem, p. 23).

Sendo assim, pode-se dizer que a família é um sistema, uma unidade, que ao mesmo tempo é um subsistema de unidades mais amplas, como a família ampliada, a sociedade... Ela é em si uma totalidade, um *holon* e simultaneamente é uma parte de um todo ainda maior.

2.2 - O Ciclo de Vida Familiar

Acreditamos que para estudar o momento de configuração da nova família nuclear, faz-se necessário um estudo do ciclo de vida familiar. Segundo Carter e McGoldrick (1995) a família é mais do que uma soma das partes: o ciclo de vida individual acontece sempre dentro de um maior contexto, o ciclo de vida familiar, sendo este o contexto primário do desenvolvimento humano.

Para que possamos compreender os problemas emocionais e as etapas pelas quais os indivíduos passam, à medida que se movimentam juntos ao longo da vida, é de extrema importância o estudo da perspectiva do ciclo de vida familiar.

Conforme essas autoras, ao estudar o ciclo de vida, deve-se ter o cuidado de não aplicar normas rígidas do que é dito “normal”, pois neste caso, qualquer desvio de norma se tornaria patológico. Ao mesmo tempo, não se deve superenfatizar as mudanças que vêm ocorrendo na família, a fim de não quebrar o significado do relacionamento entre as gerações. O que elas apresentam é o ciclo de vida em termos do relacionamento intergeracional na família, sendo a família um sistema que se move através do tempo.

Ainda segundo Carter e McGoldrick (1995), a família vista como sistema movendo-se através do tempo possui características particulares, que não são comuns a nenhum outro sistema ou organização. As famílias podem incorporar membros somente através do nascimento, de adoção ou casamento e os membros só podem ir embora pela morte. Sendo assim, não há outro sistema sujeito a tais limitações.

A riqueza do contexto familiar, como as gerações se movem através da vida, dá-se pelas diversas maneiras como os membros da família dependem uns dos outros, num movimento de interdependência.

O processo familiar existe na dimensão linear do tempo. Há, sem dúvida, um forte impacto modelador de vida de uma geração sobre aquelas que a seguem. As diferentes gerações devem acomodar-se simultaneamente às transições do ciclo de vida, pois existe uma mistura natural das gerações. Um evento em determinado nível afetará de alguma forma os relacionamentos em cada um dos outros níveis.

De modo geral, o estresse familiar aparece com maior intensidade em momentos de transição de um estágio para outro no processo de desenvolvimento da família. Os diferentes autores estudiosos do assunto dividiram o ciclo de vida familiar em diversos números de

estágios, porém a análise mais aceita é a do sociólogo Duvall. Ele dividiu o ciclo de vida familiar em oito estágios, referentes a eventos de mudanças na família, como: nascimento, casamento, aposentadoria e morte.

É fato que os estresses, que costumam ocorrer na família em momentos de transição do ciclo de vida, muitas vezes criam rompimentos neste ciclo, produzindo sintomas e disfunção. Conforme estudos, essas crises ocorrem, significativamente, em momentos de acréscimo ou de perda de membros da família.

Há também evidências de que fatos ocorridos no ciclo de vida possuem um efeito prolongado sobre o desenvolvimento familiar durante um longo período de tempo, atingindo várias gerações. Isso explica o fato de padrões familiares serem mantidos por várias gerações.

As autoras consideram o fluxo de ansiedade em uma família tanto “vertical” quanto “horizontal” (Carter Apud Carter e McGoldrick, 1995). O fluxo vertical representa as gerações passadas de determinada família, que transmitem às gerações seguintes padrões de relacionamento e funcionamento, principalmente através do mecanismo de triangulação emocional (Bowen Apud Carter e McGoldrick, 1995). Este é um mecanismo no qual dois membros da família envolvem um terceiro no meio de seu relacionamento, seja para resolver algum mal-entendido, seja para ajudar a solucionar um conflito.

Esses padrões que são transmitidos pelas gerações vêm carregados de mitos, tabus, expectativas, rótulos e preconceitos. São dados que vão sendo passados através das gerações e cabe à família aceitá-los ou não, ou seja, resolver o que fazer com tais dados.

O fluxo horizontal é o desenvolvimento da família no ciclo de vida, a partir do nascimento de uma criança. Nele está contida a ansiedade produzida pelos estresses na família conforme ela avança no tempo, ou seja, as transições naturais que ocorrem no ciclo de vida e também imprevistos, como uma morte precoce ou o nascimento de uma criança doente, por exemplo. “Mesmo um pequeno estresse horizontal em uma família em que o eixo vertical apresenta um estresse intenso irá criar um grande rompimento no sistema” (Carter e McGoldrick, 1995, p.12).

Em determinados momentos, esses estressores verticais vão convergir com o fluxo horizontal, quando nele for apresentado um evento de estresse. Neste ponto, o grau de ansiedade gerado por essa convergência será determinante para perceber como a família irá manejar suas transições ao longo do ciclo vital.

“Torna-se imperativo, conseqüentemente, avaliar não apenas as dimensões do estresse do ciclo de vida atual, como também suas conexões com temas, triângulos e rótulos familiares que acompanham a família no tempo histórico” (Carter apud Carter e McGoldrick, 1995, p. 12).

Embora todas as transições do eixo horizontal, ou desenvolvimental, tragam alguma tensão à família, quando há interseção com o eixo vertical, ou transgeracional, o sistema apresenta uma maior ansiedade, pois este seria um estresse herdado de gerações anteriores.

As autoras citam um exemplo de uma pessoa que teve pais que tiveram prazer em ser pais, que lidaram com essa tarefa sem grande ansiedade. Quando essa pessoa tiver o seu primeiro filho, ela produzirá somente os estresses normais de um sistema expandindo suas fronteiras.

Se, por outro lado, em sua família de origem a paternidade foi vivenciada como um fardo e não foi bem manejada, a transição para a paternidade pode provocar uma ansiedade aumentada nesse indivíduo e sua parceira. “Quanto maior a ansiedade gerada na família em qualquer ponto de transição, mais difícil ou disfuncional será a transição” (idem, p.12).

Fatores culturais também são muito importantes para compreender-se a forma como as famílias passam pelo ciclo de vida. Mesmo os estágios do ciclo de vida são relativos à cultura, bem como à época histórica.

Da geração passada para a atual, diversas mudanças ocorreram nos padrões do ciclo de vida familiar, devido, principalmente, à diminuição do índice de natalidade, maior expectativa de vida, mudança no papel da mulher na sociedade, divórcios e recasamentos.

A mudança no papel do feminino nas famílias é um fator central nas alterações do ciclo de vida familiar. As mulheres sempre tiveram papel fundamental na família, porém hoje a mulher pode optar por não ficar em casa apenas cuidando da família e ter sua carreira. São elas que estão mudando radicalmente o tradicional ciclo de vida familiar.

Além disso, outras mudanças recentes nos padrões familiares fazem com que o conceito de ciclo de vida familiar “normal” seja mais difícil de ser definido. Questões como o aumento da população homossexual, filhos fora do casamento, jovens que jamais casarão e alto índice de divórcios configuram uma nova forma de ver a família, fora do antigo padrão de “normalidade”.

“Nós consideramos proveitoso conceitualizar as transições do ciclo de vida familiar como requerendo uma mudança de segunda ordem, ou uma mudança do próprio sistema. Os problemas de cada fase, muitas vezes podem ser resolvidos por uma mudança de primeira ordem, ou uma reorganização do sistema, envolvendo uma mudança incremental” (idem, p.16).

O casamento tende a ser compreendido como uma união de dois indivíduos. Porém, na realidade ele representa as mudanças de dois sistemas inteiros e uma sobreposição que desenvolve um terceiro subsistema.

Assim como todos os estágios de desenvolvimento do ciclo de vida familiar, tornar-se pai ou mãe apresenta características de mudança no sistema e no funcionamento de seus membros.

Tornar-se pais é uma mudança de estágio do ciclo de vida familiar, que requer do adulto avançar uma geração e se tornar cuidador da geração mais jovem. Quando os pais não conseguem fazer essas mudanças, surgem, na nova relação familiar, problemas como brigas entre o casal devido à dificuldade em assumir a responsabilidade, recusa ou incapacitação de comportar-se como pai ou mãe, dificuldades em impor limites e exercer a autoridade necessária.

Em geral, quando aparecem grandes questões nesta fase, isso se dá pelo fato de os pais não estarem, de alguma forma, aceitando a fronteira geracional entre eles e seus filhos. Nesse caso, deve-se ajudar os pais a obterem “uma visão de si mesmos como parte de um novo nível geracional com responsabilidades e tarefas específicas em relação ao próximo nível da família” (Carter e McGoldrick, 1995, p.19).

Segundo as autoras acima citadas, num casamento dito moderno, onde ambos os pais possuem carreira e trabalham fora, a grande questão nessa fase de transição é quanto à divisão das responsabilidades e cuidados à criança e às tarefas domésticas. Esse é um problema central na maioria dos conflitos conjugais neste momento.

Além disso, esse estágio é vivido de maneira diferente por homens e mulheres. Nesse momento ocorre uma colisão de paradigmas, crenças e valores. Fatores como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a crença na igualdade dos sexos colaboram para essa colisão, já que com o nascimento do filho, a mulher é encaminhada em direção à vida doméstica, o que não acontece necessariamente com o homem (Carter e McGoldrick, 1995).

Nesta fase, é importante para o casal conseguir lidar com as questões de gênero e com o impacto do funcionamento de papel sexual que ainda é considerado como a norma pela maioria dos casais. Diante disso, pode-se compreender porque essa fase do ciclo de vida familiar possui o maior índice de divórcios.

Eiguer (Apud Rocha, 1993) entende o nascimento do primeiro filho como um evento psicossocial ligado ao ciclo de vida e vivido como uma descontinuidade em relação à estabilidade anterior, podendo provocar um “trauma” e até mesmo desencadear uma crise familiar. Isso porque a chegada do bebê provoca uma ruptura que se impõe à vida do casal, ou seja, “acarreta mudanças profundas e implica, entre outras coisas, na aquisição de um novo estatuto familiar e de um novo papel para cada um dos cônjuges” (Rocha, 1993, p.20).

“Para os casais cujo vínculo era mais de fusão do que de intimidade, a chegada de um filho aciona o triângulo da família nuclear (Bowen, 1966), pondo em risco a estabilidade do relacionamento dos pais, com a posição de proximidade ameaçada pelo bebê. A presença e o comportamento do bebê podem fazer com que um dos pais se aproxime dele, deixando o outro distante. Comumente, o triângulo muda, de modo que o pai fica na posição distante e a mãe e a criança se aproximam. Para alguns casais distantes, o bebê representa uma proximidade desejada com o outro, através do bebê. O envolvimento do bebê no processo proximidade-distância do triângulo paterno pode ser

suficientemente bom para sustentar o crescimento e o desenvolvimento do bebê, mas as conquistas desenvolvimentais da criança podem tornar-se ‘eventos nodais’ que ameaçam os padrões familiares triangulares estáveis” (Carter e McGoldrick, 1995, p.212).

A decisão de ter um filho significa o início de um afastamento em relação ao eixo horizontal do casamento, para um realinhamento vertical das gerações do futuro e do passado.

A família ampliada é um recurso para a família nuclear em momentos de calma e perturbação, isso significa que as outras gerações (mais velhas, do meio e mais jovem) serão afetadas pelo nascimento do bebê. Sendo assim, muitas vezes a família nuclear recorre à família ampliada para pedir ajuda com o novo bebê.

Às vezes, um conjunto de avós tem dificuldade em aceitar o outro conjunto como iguais. Tornar-se avós remete a um estágio mais tardio do ciclo de vida e faz lembrar a realidade finita da própria vida. Além disso, promove uma mudança em relação ao filho (a), podendo o avô (ó) assumir papel secundário neste relacionamento.

Os pais podem usar o fato de serem pais para justificar um afastamento da família ampliada. Muitas vezes, os rompimentos em relação à família ampliada e a superintensidade da relação dos pais com os filhos proíbem que haja uma maior intimidade com os avós e demais membros da família.

“Com a transição para a paternidade, a família se torna um grupo de três, o que a transforma em um sistema permanente” (McGoldrick, 1995, p.42). Se essa nova tríade é deixada por um dos cônjuges, esse sistema permanecerá, enquanto num casal sem filhos que se separa não sobreviverá nenhum sistema. Sendo assim, a transição para a parentalidade pode ser considerada uma “transição-chave” no ciclo de vida familiar.

As próximas fases do ciclo de vida, seguintes ao nascimento dos filhos, apenas a título de citação, mostram a transformação do sistema familiar quando os filhos entram na adolescência e, a seguir, o momento em que as famílias lançam os filhos e devem seguir em frente. Nesta etapa, os pais precisam lidar não só com a mudança de *status* ao abrirem espaço para uma nova geração, como também com o fato de se tornarem avós. Neste momento também é necessário lidar com o envelhecimento e a dependência.

A última fase diz respeito ao estágio tardio da vida, a terceira idade. É uma fase em que as tarefas da família são os ajustamentos da aposentadoria, lidar com a insegurança e dependência financeira e reorganizar a vida no caso da perda de um cônjuge.

2.3 - Legados, Lealdades e Mitos

Quando nasce uma pessoa numa família, ela já vem encarregada em ocupar determinado lugar, além de ser depositária de diversas expectativas. A família transmite padrões que vão se repetindo ao longo das gerações e que são carregados de mitos, tabus e legados (Krom, 2000).

Stierlin (1981, Apud Groisman, Lobo e Cavour, 1996) foi quem desenvolveu este conceito de legado: “o elemento nuclear do legado é o vínculo de lealdade que une o *delegante* com o *delegado*” (idem, p.30). Isto significa que a família espera lealdade desse novo indivíduo, lealdade essa que vai sendo cobrada de geração em geração.

Salomão (2003) define lealdade na família como: “corresponder às regras de união e aos demais mitos da família” (p. 260). A noção de lealdades invisíveis foi desenvolvida por Nagy e Spark (1983, Apud Groisman, Lobo e Cavour, 1996; Salomão, 2003 e Krom, 2000), partindo do pressuposto de que cada família tem suas leis que vão sendo herdadas no ciclo de vida familiar (Groisman, Lobo e Cavour, 1996).

Ainda conforme estes autores, as lealdades invisíveis criam uma rede de obrigações no sistema familiar, onde cada membro da família vai sentir-se subordinado às expectativas que deverá cumprir.

Segundo Krom (2000), os fatores que se mostram mais importantes nas lealdades são os vínculos psicológicos. Quando algum membro da família não corresponde a essas expectativas de lealdades, pode haver uma sobrecarga nos laços familiares, bem como um enfraquecimento dos sentidos organizadores que as lealdades atribuem à vida.

A mesma autora nos diz que os períodos transacionais, como o nascimento de um filho, são importantes, pois facilitam a passagem dos conteúdos intergeracionais, principalmente aqueles determinados pelas lealdades familiares. A escolha do nome do filho, muitas vezes, obedece a essas lealdades. Notamos isso quando há repetição de nomes na família, ou predominância de nomes com sentidos religiosos.

“Torna-se evidente que esse sentido que perpassa as gerações é transmitido intergeracionalmente e permeia todas as estruturas relacionais da família. Vai dando origem aos significados atribuídos às experiências e determinam as hierarquias de valores, influenciando a maneira como a família vê o mundo e o sentido que as pessoas atribuem à própria vida” (Krom, 2000, p. 24).

Através de seus estudos dos mitos familiares, Krom (2000) pôde concluir que estes são os conteúdos mais abrangentes na família, podendo organizá-los e direcioná-los. Para ela, “o mito

constitui em sua essência a concepção de mundo própria da família, onde se cria a realidade familiar e o mapa do mundo individual” (Krom, 1994 Apud Krom, 2000, p. 32).

Os mitos podem ser encontrados quando resgatadas as histórias das famílias de origem. Eles fazem parte de uma mitologia que é transmitida através das gerações e que é comum e compartilhada.

Segundo Krom (2000), os mitos influenciam diretamente a família e em suas expectativas. Conforme vão surgindo necessidades, os mitos vão sendo reorganizados. Em momentos mais traumáticos, esta mudança pode ocorrer de forma mais brusca, enquanto os mitos e o sentido de vida familiar são reavaliados e reorganizados.

Quando as pessoas se casam ocorre o encaixe de mitos de duas famílias diferentes. Geralmente um deles continua norteando a família, enquanto o outro vem como complemento.

Ao longo do ciclo de vida, os mitos familiares presentes podem ser desvendados. É o que acontece no momento do nascimento do primeiro filho. Neste momento é possível observar a estrutura da lealdade na família e seus elementos míticos preponderantes (Krom, 2000).

Ainda conforme esta autora, os mitos podem ser considerados como nocivos ou desorganizadores, já que são capazes de aumentar a tensão familiar, provocando ansiedade, rupturas, distanciamentos, dentre outros. Criam, assim, com frequência, condições para o surgimento de estigmas e profecias familiares.

“(…) os mitos, como eixo de organização familiar, asseguram o estilo de funcionamento da família, que vai determinar a marca familiar, influenciando diretamente a diferenciação dos filhos” (idem, p.202).

CAPÍTULO III

A formação da nova família

No presente capítulo, discutiremos a formação de uma nova família a partir do nascimento do primeiro filho. Inúmeras mudanças acontecem tanto na vida do casal, como na de sua família ampliada, exigindo que o sistema se adeque à nova situação.

Para isso, é necessária uma reorganização tanto do subsistema conjugal, no que diz respeito à relação do casal, aos papéis de gêneros, bem como de todo o sistema familiar, no sentido de reconfigurar as fronteiras familiares que sofreram alteração com a entrada do novo membro na família.

3.1 – A que vem essa criança?

Segundo Brasileiro (2002), a sociedade ainda preza muito a paternidade e a maternidade. Para muitos adultos, ter um filho e estruturar uma família representa uma realização fundamental, contribuindo para um sentimento de realização pessoal.

Hoje, conforme Cowan e Cowan (2000), a mais frequente razão para um casal resolver ter filhos é o desejo de possuir uma íntima relação com a criança. Vê-la crescer e se desenvolver traz um sentimento de preenchimento. A segunda maior razão diz respeito às mudanças pessoais que vêm com a transição para a parentalidade, ou seja, tornar-se pai e mãe e suas conseqüentes transformações.

Sem dúvida, o desejo de procriar, com o objetivo de dar continuidade à família, é um fator que impulsiona os indivíduos a terem um filho. Entretanto, além da questão evolutiva, outros fatores podem também desencadear o nascimento de uma nova criança na família.

De acordo com Bradt (Apud Carter e McGoldrick, 1995), são diversos os fatores que determinam o contexto presente na família quando nasce o filho. Muitas vezes as crianças nascem num ambiente no qual não há espaço para elas, ou no qual existe um vácuo para ela preencher. Esta lacuna a ser preenchida, geralmente é criada por uma perda de relacionamento com outra geração ou por uma falta de intimidade conjugal.

Neste caso, a criança pode vir então como uma substituta de um membro da família que está morto ou fora de contato, bem como com o objetivo de salvar o casamento dos pais.

Há casos em que o filho se torna uma esperança de salvação de um casamento que já não vai bem. O casal acredita que ter um filho pode ser a solução para seus conflitos, o que faz com que essa criança nasça com uma forte missão e uma carga pesada.

“O conceito de missão está ligado aos conceitos de legado, desenvolvido por Stierlin (1981), e de lealdade, desenvolvido por Nagy e Spark (1983). (...) Todo ser humano tem uma missão familiar a cumprir, explícita ou implícita, grande ou pequena, possível ou impossível” (Groisman, Lobo e Cavour, 1996, p. 29).

A partir do trecho acima, percebemos que todos nascemos com uma missão familiar a ser cumprida. Quando a pessoa nasce em determinada família, ela já ocupa seu lugar, recebe uma série de expectativas e delegações dos familiares e é impelida a cumprir seus mandatos (Groisman, Lobo e Cavour, 1996; Krom, 2000). Sendo assim, através de sua missão, o indivíduo deve corresponder às lealdades estabelecidas por sua família.

Ainda conforme esse autores, existe uma projeção geracional dos pais para que os filhos cumpram as expectativas não realizadas por eles em relação a seus respectivos pais, o que vai fazer com que um cumpra o que o outro não cumpriu e assim por diante.

Pode-se compreender a missão do indivíduo através da função que ele desempenha na família, o nome que recebe e o desempenho social, amoroso e profissional. A pessoa pode comprometer a identidade da missão, se ela se tornar um robô desta missão. A patologia surge do conflito entre realizar a missão esperada pela família e a necessidade de individuação. Segundo Groisman, Lobo e Cavour (1996): “Ela se torna patológica à medida que se apresenta como uma missão impossível a se realizar ou, dito de outra forma, a patologia aparece no momento em que aquele membro familiar não consegue realizar a missão designada pela família e aceita por ele” (p. 30).

Além de cumprir sua missão através dos legados da família, a criança também pode nascer sob as expectativas de fechamento de situações inacabadas transgeracionais. As situações inacabadas - ou em outro termo por nós usado no primeiro capítulo deste trabalho: *Gestalten* abertas - devem ser fechadas, pois, se persistem no campo, impedem a formação de novas figuras (Salomão, 2003).

Tomando como base o ciclo de vida da família, quando no fluxo vertical apresenta-se uma situação inacabada, como, por exemplo, uma briga familiar, o sentimento perpassa as gerações, criando uma expectativa de resolução, de fechamento. Através dessa expectativa, a família projeta na criança uma responsabilidade, com a qual ela já nasce, e cresce com a incumbência de fechar determinada situação.

Então, encontramos algumas alternativas que vêm em busca de uma resposta à indagação: “a que vem essa criança?”. Ela pode vir para cumprir uma missão a ela designada (Groisman, Lobo e Cavour, 1996; Krom, 2000), seja ela de salvar o casamento de seus pais, resolver um conflito geracional (Groisman, Lobo e Cavour, 1996), fechar uma *Gestalt* aberta (Salomão, 2003), preencher uma lacuna familiar (Bradt Apud Carter e McGoldrick, 1995), propagar o nome de sua família (Krom, 2000)...

Independentemente de qual for sua missão, ela vem para formar uma nova família, um novo núcleo, um novo sistema e novos subsistemas. A partir de seu nascimento, novas redes serão formadas, uma nova geração será inaugurada, gerando grandes transformações em toda a família, principalmente no casal, que agora não é mais só marido e mulher, é pai e mãe.

3.2 - Mudanças nos papéis de gêneros

Ao tornarem-se mãe e pai, o casal assume novos papéis sociais que podem exigir uma adaptação de suas identidades individuais e da identidade do casal. Sendo assim, esta é uma transição profunda que representa mudança completa de perspectiva de vida (Brasileiro, 2002).

Conforme Clulow (Apud Rocha, 1993), a alteração de papéis do casal é a maior transição enfrentada com o nascimento do primeiro filho, e a maneira como esta terceira pessoa vai ser acomodada depende da forma como os pais lidam com essas mudanças. Segundo este autor, o modo como os pais se adaptam aos novos papéis é influenciado pela estrutura da relação conjugal.

Porém, mesmo os casais mais bem ajustados sofrem tensão na transição para a parentalidade, devido a pressões psicológicas e sociais. E assim, se o casamento influi no momento da transição, ele será igualmente afetado por estas mudanças e pelo impacto emocional.

Na família tradicionalⁱⁱ, os papéis de gêneros eram bem definidos. Em nossos dias, com as mudanças que vêm ocorrendo no âmbito familiar – divórcio, famílias monoparentais... - novos papéis estão sendo construídos nas famílias acerca do feminino e masculino.

Hoje, os casais igualitários acreditam que, após o nascimento do filho, a divisão das tarefas domésticas e dos cuidados ao bebê será bem distribuída. Porém, esta transição tende a assinalar uma divisão de papéis tradicionais, contradizendo os valores ditos modernos do casal. (Clulow, 1996).

Mesmo quando o casal possui intenções igualitárias, mães e pais se diferenciam em seus cuidados e atitudes para com o filho. As mulheres tendem ao cuidado, à maternagem, enquanto os homens se preocupam mais com o sustento, com o papel de provedor. Isso se dá pela noção tradicional de que a mulher é quem deve ficar encarregada da manutenção doméstica e dos cuidados da criança. Sendo assim, a divisão de tarefas do casal acaba sendo mais tradicional do que eles esperavam. (Brasileiro, 2002; Carter e McGoldrick, 1995; Clulow, 1996; Cowan e Cowan, 2000).

Com o nascimento do primeiro filho, pais e mães vivenciam conflitos específicos devido a várias mudanças no dia-a-dia. Cowan e Cowan (2000) mostram que devido à diferenciação entre homens e mulheres, as mudanças são sentidas diferentemente.

As mulheres apresentam uma diminuição da satisfação conjugal e maior índice de mudança pessoal. Homens também possuem uma percepção do declínio da satisfação conjugal. A divisão das tarefas domésticas acaba não sendo tão equilibrada como gostariam, o que pode gerar conflitos no casamento (Brasileiro, 2002).

Pais e mães tendem a fazer coisas diferentes com e para seus filhos, assim como a maneira de relacionar-se com eles também se apresenta de forma diferenciada. As mães tendem a investir e se envolverem mais com a criança, enquanto os pais tendem a um maior investimento em atividades lúdicas (Brasileiro, 2002).

É comum as mães participarem do cuidado primário dos bebês, enquanto os pais assumem essa tarefa **ajudando** e não **dividindo** as responsabilidades parentais. Ainda existe a noção de que o cuidado infantil é responsabilidade feminina.

A partir da gravidez, o menor envolvimento do pai já começa a ser construído: desde o início é a mulher que se coloca como responsável pelo bebê. Para a mulher, o papel de mãe assume lugar central em sua identidade, sendo para ela a maternidade uma experiência totalizadora (Brasileiro, 2002).

Rocha (1993), em seu estudo de diversos autores, constatou que “se o nascimento do bebê une os pais, a responsabilidade materna tende a afastá-los” (p.11), o que gera desilusão tanto nas mães quanto nos pais. Em sua pesquisa, encontrou muitos pais decepcionados com o papel secundário a eles atribuído após a paternidade.

Essa desilusão ocorre devido às experiências de perda que acompanham o casal à chegada do filho “renúncia da mulher- temporária ou não- à atividade profissional, perda de intimidade na relação conjugal, perda de espaço em casa, perda de tempo disponível para si mesmos (...) e, mais do que tudo isso, a perda das ilusões” (idem, p.13), que tinham acerca da experiência da paternidade e que não correspondem à realidade.

A pesquisa de Le Masters, citada por Rocha (1993), relata que:

“as mulheres, quando se tornam mães, tendem a reclamar de um cansaço crônico, de um confinamento prolongado dentro de casa, e uma vida social menos ativa, das longas horas de vigília a que são submetidas e de uma queda vertiginosa nos padrões de arrumação da casa. Além disso, elas demonstram uma certa insatisfação e uma preocupação excessiva consigo mesmas e com sua aparência” (p.24).

Os maridos tendem a repetir os mesmos temas, além de queixarem-se de um aumento na pressão sócio-econômica e de um declínio da correspondência sexual de suas esposas. Grande parte da amostra de casais de sua pesquisa afirma que o nascimento do primeiro filho correspondeu a uma ampla e severa crise em suas vidas, porém consideram que valeu a pena.

O estabelecimento dos papéis de pai e mãe pode também interferir no declínio da satisfação conjugal. A mãe pode achar que deve exercer todos os cuidados, afastando o pai, que pode, por sua vez, experimentar sentimentos como ciúmes em relação à mulher ou à criança e insegurança em seu novo papel (Brasileiro, 2002).

Nota-se que os homens costumam ter pouca intimidade com a criança pequena. Em nossa cultura, ainda é a mulher que possui maiores laços afetivos com a criança. Mesmo quando o pai começa a participar mais ativamente da relação com o filho, é a mãe, na maior parte das vezes, quem se encarrega da responsabilidade no que diz respeito às necessidades da criança (Carter e McGoldrick, 1995).

A revolução feminina levou as mulheres a uma mudança com relação ao trabalho. Mas, quanto ao trabalho doméstico, elas ainda são as maiores encarregadas. Os pais estão ajudando mais, no entanto, ainda cabe a elas essas tarefas relativas ao lar. Observa-se, modernamente, que os pais estão passando a ajudar mais, no entanto ainda cabe às mães a maioria das tarefas do lar. Enquanto as mulheres se sentem muito atarefadas, os homens sentem-se culpados, o que vem a gerar maiores conflitos.

Essas mudanças históricas aumentam a carga emocional na relação conjugal tanto para homens, quanto para mulheres. Além das expectativas de divisões igualitárias, marido e mulher esperam um do outro grande suporte emocional. Neste momento, o individualismo pregado em nossa sociedade dificulta essa colaboração mútua (Cowan e Cowan, 2000).

O investimento psicológico nas identidades de pai e mãe possui diferentes significados para homens e mulheres. Cowan e Cowan (2000) notaram que as mulheres se envolvem mais com a parentalidade, investindo muito no fato de ser mãe e pouco em outros aspectos da vida, o que atribui a elas uma baixa auto-estima.

Já os homens, mesmo investindo em seu papel de pai, não abrem mão de outros aspectos de sua vida psicológica. Essa relação com o mundo os permite ter uma auto-estima maior que a das mulheres.

Se o investimento de homens e mulheres nos papéis de pai e mãe possui uma grande discrepância, é provável que de alguma maneira isso irá afetar o relacionamento do casal (Cowan e Cowan, 2000).

3.3 - Repercussão na relação conjugal

Segundo Shereshetsky e Yarrow (Apud Rocha, 1993), o período de gravidez aproxima e torna mais íntimo o envolvimento do casal. Entretanto, foi verificado que o casamento se deteriora após o nascimento do bebê, devido aos esforços de marido e mulher para adaptar-se à criança e a seus novos papéis de pai e mãe, o que exerce uma pressão sobre a relação conjugal (Rocha, 1993).

Conforme já visto acima, esta mudança nos papéis do homem e da mulher pode causar conflitos, além de outras repercussões na vida do casal. Ainda conforme Rocha (1993), o

nascimento de um filho pode ainda evocar experiências passadas da vida de cada um dos pais e conflitos a ela vinculados. Sentimentos que remetem à infância e conflitos internos podem ser despertados, tornando difícil a tarefa de lidar com a nova realidade.

Esta autora ressalta que o maior indicador da satisfação conjugal após a paternidade é a dinâmica do casal, ou seja, o modo como a relação está estruturada e a forma como cada um lida com as mudanças que o filho traz para o casamento. Mesmo que haja uma boa adaptação, um certo nível de tensão irá surgir, pois todos os momentos de transição do ciclo de vida fazem emergir uma tensão. Sendo assim, esta tensão gerada pela transição da condição de casal para pais produz efeitos na relação do conjugal ao nascer o primeiro filho.

Clulow (1996) percebe que a chegada do primeiro filho gera tanto perdas como ganhos. Este autor considera o evento como uma crise, mas não no sentido de catástrofe, e sim como uma transição como outras da vida, com a qual o casal é capaz de lidar, na medida em que os dois superem a tensão que surge com as mudanças decorridas.

Rocha (1993), em sua pesquisa, chegou à conclusão de que um número muito grande de casais tende a viver a chegada do primeiro filho como um evento crítico para a relação, na medida em que vem alterar a qualidade das trocas afetivas e do relacionamento sexual do casal:

“(…) tenha sido um acontecimento perturbador da harmonia conjugal, deflagrador de uma crise, caracterizada por freqüentes desentendimentos, brigas e cobranças mútuas entre os cônjuges, coisas que não eram comuns em sua vida a dois até este momento (...). Elas encontram dificuldades em atualizar na relação conjugal estes mesmos princípios igualitários, constataam, pois uma alteração nas bases sobre as quais estavam estruturados seus casamentos”. (p.138)

O declínio da satisfação conjugal nesse período se dá, conforme Burr (Apud Rocha, 1993) em seis áreas que compreendem a satisfação do casal com a administração das finanças, com suas atividades sociais, com o modo como cada cônjuge desempenha suas tarefas domésticas, com o companheirismo, com a interação sexual e com o relacionamento pais-filho.

Com o nascimento do primeiro filho, o casal é lançado a uma série de responsabilidades dos cuidados relativos ao bebê, o que reduz o tempo livre do casal. A escassez deste tempo livre costuma criar conflitos e contribui para o desgaste emocional (Brasileiro, 2002).

“O fato é que tornar-se pai e mãe é um processo muito mais intenso e exigente do que pensam os casais apaixonados que vêm no primeiro filho a concretização de seu amor, principalmente no contexto contemporâneo de transformação e redefinição de papéis masculinos e femininos na sociedade” (idem, p.89).

Isto contribui para o duro impacto da realidade no dia-a-dia da transição para a parentalidade.

Segundo Belsky e seus colaboradores (Apud Carter e McGoldrick, 1995), há um declínio da qualidade conjugal tanto no período que antecede tanto no que procede ao nascimento do primeiro filho. Este declínio é mais acentuado para as mulheres do que para os homens. Com o aumento do número de membros da família - de dois para três - das tarefas e exigências, os momentos para um diálogo privado ou uma intimidade ficam reduzidos.

“O fracasso de qualquer um dos cônjuges tanto de mudar para ser um progenitor quanto de continuar a crescer como cônjuge contribui para uma desigualdade de relacionamentos e constitui uma ameaça à intimidade. Um casamento que desenvolveu intimidade é um casamento mais capaz de responder ao desafio da paternidade, de integrar a mudança permanente de vida que a paternidade traz, não apenas para os pais, mas para toda a família” (Carter e McGoldrick, 1995, p. 213).

Após o nascimento do bebê, cada um dos pais estabelece uma nova e intensa relação com o filho. Muitos pais descrevem essa relação como incomparável a qualquer outra. Porém, em meio a tamanha alegria, sentem-se exaustos e em desequilíbrio devido aos diversos cuidados direcionados ao bebê e às responsabilidades que chegam junto a este novo membro (Clulow, 1996).

Não são apenas as diferenças de papéis que os pais encaram. A partir da nova família, alguns pais possuem dificuldades em distinguir o bebê que haviam idealizado do bebê real. Isso aumenta a tensão do casal na tentativa de se adaptar aos novos papéis e novas responsabilidades (Clulow Apud Clulow, 1996).

Ainda conforme Clulow (1996), os casais que já funcionavam bem antes do nascimento do filho são aqueles que apresentam menos estresse e mais satisfação após o nascimento do bebê. Isso significa que o nascimento do primeiro filho não cria novos problemas, mas sim traz à tona antigas questões mal-resolvidas do casal, causadas por visões e experiências diferentes que cada membro tem ou teve com sua família de origem (Cowan e Cowan, 2000).

Através de pesquisa, Cowan e Cowan (2000) notaram que cada membro do casal muda sua auto-percepção no que diz respeito a seus papéis no casamento. A divisão das tarefas torna-se uma questão e eles se surpreendem como a mudança de papéis afeta o casamento como um todo. O casal passa a ter menos paciência. Esses fatos são frustrantes para aqueles casais que pensavam que o nascimento do primeiro filho iria uni-los.

Segundo estes autores, cada um dos pais possui diferentes experiências do que é tornar-se pai e mãe. Quando nasce o primeiro filho, crescem os problemas por falta de comunicação, ou falhas na comunicação que provocam mal-entendidos e discordância na criação dos filhos.

A satisfação conjugal diminui devido às diferenças e a conflitos. A principal queixa dos novos pais enquanto casal é a falta de tempo para ficarem juntos. Com o nascimento do filho, o tempo para eles diminui, diminuindo também a frequência das relações sexuais (Cowan e Cowan, 2000).

Além das mudanças familiares, os relacionamentos com trabalho e amigos também são afetados. A mulher se afasta do trabalho por causa da licença maternidade. A rede de amigos do casal começa a se restringir a outros casais com filhos pequenos. O marido muitas vezes trabalha mais para compensar financeiramente, ficando sem espaço para cuidar do bebê, sentindo-se inútil. Por outro lado, a mulher se vê abandonada. Sendo assim, homem e mulher experienciam mudanças significativas para seu relacionamento enquanto casal que está formando uma nova família (Clulow, 1996).

3.4 – A reconfiguração da família

Segundo Bradt (1995 Apud Groisman, Lobo e Cavour, 1996), a família, ao ser inaugurada com o aparecimento do primeiro filho, vive “um estágio que não só vai provocar uma mudança profunda, como também vai significar um grande desafio para ela e para a família ampliada” (p. 101).

Este desafio diz respeito às novas relações que serão estabelecidas, às transformações decorrentes e, conseqüentemente, a uma necessidade de reorganização do espaço - tanto físico, quanto emocional – familiar. Essas modificações são necessárias para que haja o desenvolvimento de um novo sistema (McGoldrick, 1995 Apud Groisman, Lobo e Cavour, 1996).

A fim de facilitar a compreensão da reconfiguração familiar, retomemos a visão da Teoria de Campo, proposta no primeiro capítulo deste trabalho. Através dela, enxergamos a família como um sistema dinâmico, pertencente a um campo relacional, sobre o qual atuam diversas forças. Portanto, a introdução de um novo membro na família nuclear irá também afetar toda a família ampliada.

O grau de parentesco, os papéis e funções mudam conforme o ciclo vital familiar avança uma geração. Isto implica na reconstrução das fronteiras estabelecidas no sistema e nos subsistemas. As fronteiras de cada indivíduo terão de se expandir, a fim de permitir a relação com o novo membro. No entanto, o estabelecimento de hierarquias e das fronteiras é fundamental para a construção desta nova família.

“Os pais precisarão progressivamente alterar seu relacionamento com as suas respectivas famílias de origem e terão que negociar entre si suas diferenças, tanto enquanto casal como enquanto indivíduos” (Groisman, Lobo e Cavour, 1996, p. 101).

Com isso, novos subsistemas serão formados, como o subsistema parental, mãe-filho, pai-filho, avó-neto, tio-sobrinho e assim por diante. A formação destas novas relações familiares acaba por mudar o desenho da família. Ainda de acordo com os autores acima citados: “a construção de uma família se propõe a redesenhar e reconstruir novas formas a partir de um pano de fundo formado por imagens antigas (...)” (idem, p.102).

Estas fronteiras devem ser bem definidas, a fim de evitar a confusão de papéis. É comum uma avó tomar o papel da mãe, ou tentar fazer parte do subsistema parental, interferindo na relação do casal e em suas funções de pai e mãe. Neste caso, a falta do estabelecimento de fronteiras entre os indivíduos e subsistemas pode ocasionar uma possível crise na relação do casal, podendo vir a refletir em todo o sistema amplo.

Esta mudança pode vir a ser funcional ou disfuncional, de acordo com a maneira como esta família atravessa seu fluxo horizontal e seu fluxo vertical. Conforme Salomão (2003):

“Um campo familiar transgeracional traz para a família nuclear padrões de relacionamento e funcionamento baseados em experiências familiares pregressas. (...) Com isso, podemos afirmar que as experiências anteriores, as atitudes, os mitos, os valores, tanto quanto as experiências de perdas traumáticas e a maneira como se lidou com elas, estão alimentando o sistema e lhe dando força e respaldo tanto no sentido positivo quanto no negativo” (p. 258).

Estas relações com as famílias de origem, representadas através do vetor vertical, implicam os legados, mitos e lealdades, anteriormente citados, que são transmitidos transgeracionalmente.

Assim sendo, esse conjunto de padrões e valores, advindos das famílias de origem, vão influenciar diretamente na maneira como o sistema vai se organizar, no intuito de acomodar este novo membro e de se reconfigurar da forma mais funcional possível.

Se, no fluxo vertical persistirem situações inacabadas, a família terá maior dificuldade em atingir essa “boa forma”. O nascimento da criança pode propiciar o fechamento de alguma *Gestalt*, porém, muito provavelmente outras *Gestalten* serão abertas. Isso se dá porque a família está em constante movimento no ciclo de vida familiar, num sentido de processo.

A busca pela adequação a essa “boa forma”, faz com que a família se organize da melhor maneira que lhe for possível naquele momento, através de um processo já citado no primeiro capítulo deste trabalho, que é denominado, na Gestalt-terapia, de ajustamento criativo.

Sendo assim, o sistema tem a propriedade de se adaptar criativamente às situações, mesmo que para isso seja necessário produzir um sintoma, fechar ou abrir *Gestalten*. Esta capacidade adaptativa dá à família a possibilidade de “sobreviver” às fases de transição, às suas conseqüências decorrentes, se reconfigurando e visando o equilíbrio, de forma criativa.

Segundo Groisman e Lobo (1994, Apud Groisman, Lobo e Cavour, 1996), o nascimento do primeiro filho provoca uma crise. Porém, esta crise não possui um sentido negativo. Na realidade, ela acaba por criar um conflito que acarretará no crescimento e na evolução daquela família nuclear.

Além disso, uma desorganização no sistema virá como consequência desta crise, fazendo com que a família tenha de buscar novas formas de equilíbrio e funcionamento, ampliando-se tanto no sentido vertical - família de origem -, quanto no horizontal.

Para finalizar, selecionamos um trecho de Groisman, Lobo e Cavour (1996), o qual acreditamos sintetizar as idéias que buscamos transmitir neste capítulo:

“O filho, disparador da crise, fica na interseção entre as três novas famílias, a nuclear e as de origem. Provoca a passagem dos pais de seus pais para a categoria de avós e agrega, para seus pais, as funções de filho e filha, marido e mulher, às de pai e mãe. Do equilíbrio entre estas funções, em consonância com a missão que este filho vai desempenhar, vai construindo a família. (...)” (p. 102).

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, expusemos a importância do nascimento de uma criança numa família, principalmente do primeiro filho de um casal. Este é, sem dúvida, um momento crítico, por ser uma fase de transição do ciclo de vida familiar.

Como foi visto, em todos os períodos de transição no ciclo de vida da família ocorre um certo aumento do nível de tensão. Porém, esta etapa pode ser vivida com maior ou menor ansiedade, variando de acordo com a maneira pela qual as outras gerações desta família passaram por esta fase.

Muitos casais idealizam o nascimento do primeiro filho como um momento mágico, muitas vezes acreditando que a vinda deste novo membro irá resolver problemas familiares e conjugais.

Contudo, após o nascimento as transformações são tão abruptas, que muitos casais não resistem a essas mudanças. Há casais que acreditam que vão ficar mais unidos e acabam se afastando por causa de discordância e discussões, que podem levar, até mesmo, a uma separação (Cowan e Cowan, 2000).

Outros se unem de fato, fazendo da criança um forte elo entre eles, o que reforça o conceito de missão. As expectativas em relação a este filho falam muito da missão a ele

designada, do lugar que ele vem para ocupar, das lealdades e mandatos que ele vem para cumprir.

A relação conjugal é interrompida, os papéis devem ser reorganizados, a frequência das relações sexuais diminui, surgem novas responsabilidades, problemas nas divisões de tarefas domésticas e cuidados do bebê, o tempo livre fica reduzido, conflitos emergem, tornando mais difícil a adaptação dos novos pais a esta nova realidade.

A necessidade de reconfiguração de todo o sistema também é um aspecto importante desta fase. No entanto, ele nem sempre é levado em conta. Fala-se muito das repercussões na relação do casal, mas a família ampla não ocupa lugar de destaque, mesmo tendo tamanha importância na formação de uma nova família nuclear.

É através de noções, como Teoria de Campo, sistemas, fronteiras que esta relação fica mais clara, pois estes conceitos têm como premissa básica a interação constante das partes do campo umas com as outras. Isto reforça o fato deste novo membro influenciar todo o sistema mais amplo.

Diante de tantas transformações decorrentes desta fase, que provocam diversas conseqüências na vida do casal e da família, sentimos a necessidade de levantar a seguinte questão: como a Psicologia poderia ajudar, no sentido de prevenir futuras crises advindas do nascimento do primeiro filho?

Sabemos que a ansiedade deste momento de transição é inevitável, e que nem sempre é geradora de conflitos, mas acreditamos que como psicoprofilaxia, o acesso à informação pode vir de encontro a um trabalho específico que fosse viável, com o objetivo de tornar mais tranqüila a passagem por esta fase.

De acordo com Cowan e Cowan (2000), profissionais da saúde mental podem trabalhar com a prevenção. Segundo estes autores, a intervenção precoce em casais “grávidos” oferece potencial e benefícios a todos os envolvidos na construção da família, criando oportunidades para os pais, fazendo com que suas vidas como casal e como pais sejam menos estressantes e mais satisfatórias.

Uma outra proposta seria a prevenção - durante a gravidez -, uma terapia de grupo que acompanhe o casal, sempre com o objetivo de informar a respeito das implicações do nascimento da criança, mostrando que a realidade após o nascimento é diferente das idealizações e expectativas.

Não desejamos esgotar aqui as reflexões acerca da formação de uma nova família, bem como as sugestões de formas de psicoprofilaxia, como propostas acima, para esta fase de transição. No que concerne a este tema, muito ainda há a ser estudado, principalmente no âmbito da Gestalt-terapia. Deixamos aqui aberto um espaço para discussões posteriores que venham a acrescentar em estudos na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bertalanffy, L. V. (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Brasileiro, R. de F. (2002). *Tansição para a parentalidade: papéis de gênero em questão*. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio.

Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma nova estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Clulow, C. F. (1996). *Partners becoming parents*. Tavistock Institute of Marital studies. New Jersey: Jason Aronson.

Cowan, C. P. & Cowan, P. A. (2000). *When partners become parents*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

Frazão, L. M. (1997). *Funcionamento saudável e não saudável enquanto fenômenos interativos*. *Revista do III Encontro Goiano de Gestalt-terapia*, Ano III, Número 3.

Groisman, M., Lobo, M. & Cavour, R. (1996). *Histórias dramáticas: terapia breve para famílias e terapeutas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

Hall, C. S. & Lindzey, G. (1973). "Teoria de Campo de Lewin". Em: *Teorias da Personalidade*. São Paulo: EPU.

Krom, M. (2000). *Família e Mitos: prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus.

Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Minuchin, S. & Fishman, H. C. (1990). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Perls, F. S. (1977). *Gestalt-terapia explicada*. São Paulo: Summus.

Perls, F., Hefferline, R. & Goodman, P. (1997). *Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus.

Polster, E. & Polster, M. (2001). *Gestalt-terapia Integrada*. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (1985). *Gestalt-terapia: refazendo um caminho*. São Paulo: Summus.

Rocha, A. P. B. (1993). Dois é bom. Três é demais? Um estudo sobre a relação conjugal e o primeiro filho, em um contexto de acelerada mudança cultural, a partir do ponto de vista da mulher. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

Salomão, S. (2003). “Perdas, situações inacabadas e reconstruções: uma contribuição da terapia familiar sistêmica a Gestalt-terapia”. Em: Groisman, M. (org.) *Além do Paraíso: perdas e transformações na família*. Rio de Janeiro: Núcleo-Pesquisas.

Yontef, G. M. (1998). *Processo, diálogo e awareness: ensaios em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus

Zinker, J. C. (2001). *A busca da elegância em psicoterapia: uma abordagem gestáltica com casais, famílias e sistemas íntimos*. São Paulo: Summus.

ⁱ Plural da palavra *Gestalt*, em alemão.

ⁱⁱ É importante ressaltar que os autores estudados se referem a uma determinada classe social, sendo o enfoque na família de classe média.